

ATA Nº. 15 – 18ABR2019 - Mandato 2017/2021

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

Aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, reuniu ordinariamente, na sua segunda reunião, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

- Ponto 02** Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas de 2018;
- Ponto 03** Apreciação e Aprovação da Aplicação de Resultados de 2018;
- Ponto 04** Apreciação e Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019;
- Ponto 05** Tomar conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica para assunção de Compromissos Plurianuais - 2º semestre de 2018;
- Ponto 06** Deliberar sobre proposta de descentralização da Câmara Municipal de Ílhavo nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde);
- Ponto 07** Deliberar sobre proposta de descentralização da CIRA nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro (Educação);
- Ponto 08** Deliberar sobre proposta de descentralização da CIRA nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde);

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelas primeira e segunda secretárias, Fernanda Cravo e Margarida São Marcos, respetivamente. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Municipal Fernando Caçoilo, os Vereadores Tiago Lourenço, Fátima Teles, Eduardo Conde, Sérgio Lopes e Sara Pinho. O Vereador Marcos Ré não esteve presente por motivo de doença. -----

CHAMADA: -----

Uma vez declarada aberta a reunião o Presidente da Mesa, informa ter recebido pedido de justificação e substituição nos termos do artigo 6º. do Regimento, do Grupo Municipal do PS, dos membros Diana Pedreiras, Domingas Loureiro, João Roque, Pedro Martins e Cláudia Oliveira sendo substituídas por Pedro Anjo, Manuel Soares, Marisa Alvelos, José Almeida e Francisco Grangeia, respetivamente. Do Grupo Municipal do BE o membro Ricardo Santos foi substituído por Gabriel Cardoso. Do Grupo Municipal do PSD, Irene Ribau Esteves foi substituída por Nuno Ribau. -----

Feita pela primeira secretária a chamada dos membros deste órgão, verificou-se a presença dos membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Luis Leitão, Pedro Anjo, Fernanda Cravo, Margarida São Marcos, Hugo Coelho, António Pinho, António Flor Agostinho, Nuno Ribau, Carla Rodrigues, André Guimarães, Gabriel Cardoso, Pedro Rosa Novo, João Bernardo, Francisco Grangeia, José Almeida, Marisa Alvelos, Hugo Lacerda, Carla Santos, Manuel Soares, Carlos Rocha, Margarida Alves, João Campolargo, Augusto Rocha, e Luís Diamantino. -----

Presidente da Mesa: Anuncia o recomeço dos trabalhos da última reunião abrindo para isso **inscrições para a 2ª intervenção dos membros no âmbito da discussão do Ponto 02 da Ordem do Dia:** -----

Hugo Coelho: Discorda da posição da bancada socialista que acha a ambição do executivo municipal medíocre. Realça que ao contrário daquilo que foi dito pela bancada socialista fez-se obra, dinamizaram-se eventos tendo havido inúmeras iniciativas de grande qualidade. Defende que não foi subido quaisquer impostos no Município de Ílhavo. -----

Flor Agostinho: Reforça que o aumento de impostos referido pelo PS não é verdadeiro pois não foram subidas as taxas de impostos municipais. -----

Margarida Alves: Realça que é meritório a concretização de obra ao mesmo tempo que se diminui a dívida. Parabenteia a Câmara Municipal pela boa gestão dos dinheiros públicos. Afirma que para um ano de mandato é um excelente desempenho e um grande nível de execução. Refere o bom posicionamento do Município de Ílhavo no ranking efetuado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. Pede à bancada do Partido Socialista que indique qual foi o imposto que a Câmara Municipal subiu e para que valor. -----

Gabriel Cardoso: Questiona o Presidente da Câmara se prevê descer a taxa de derrama e quais impostos é possível descer. -----

João Bernardo: Refere que a intervenção do líder do PSD Ílhavo é muito adjetiva e pouco substantiva. Refere que os sucessos financeiros se devem à política do Governo da Nação. -----

Luis Leitão: Propõe ao executivo municipal que reduza os impostos municipais se este se acha tão bom gestor dos dinheiros públicos. Subscreeve a intervenção de João Bernardo. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: -----

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Refere que estas segundas intervenções são redundantes face às primeiras intervenções. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **DOZE ABSTENÇÕES DAS BANCADAS MUNICIPAIS DO PS, CDS/PP E BE, COM TREZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA. ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS** -----

À Mesa foram entregues duas declarações de voto, uma do Grupo Municipal do Partido Socialista e outra do Grupo Municipal do Partido Social Democrata. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA: -----
Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2018 -----

A proposta de Relatório e Contas da Gerência da Câmara Municipal de Ílhavo, relativo ao ano económico de 2018, que a maioria do Partido Social Democrata submete à apreciação e votação, é um documento que não só reflete a realidade contabilística e financeira da autarquia como contém subjacentes as opções políticas dos autarcas que detêm a maioria dos mandatos autárquicos e por isso lhes cabe a governação do Município. -----

No que diz respeito ao exercício contabilístico de registo da realidade financeira da Autarquia, cumpre aos membros eleitos pelo Partido Socialista declarar que, não havendo qualquer evidência, dentro daquilo que nos é permitido escrutinar, de divergência da documentação face ao exercício, não se coloca qualquer objeção ao que nela consta. -----

Já no que se relaciona com a realidade que resulta deste exercício, fruto das opções políticas da maioria PSD, não é novidade que o PS tem inúmeras divergências quanto ao modo como o Município tem vindo a ser governado ao longo das últimas duas décadas. -----

As prioridades estabelecidas pela maioria PSD estão bem espelhadas neste Relatório e Contas, bem como as de executivos anteriores liderados pelo mesmo Partido e por protagonistas que se mantiveram até hoje com responsabilidades executivas. -----

Estes protagonistas são por isso responsáveis pelo serviço de dívida que a Câmara suporta, em 2018 como em anos anteriores, de mais de 2 Milhões de Euros - excetuando deste valor as despesas relativas à substituição da dívida decorrente da adesão ao PAEL - e uma dívida que ultrapassa ainda os 10 Milhões de Euros. Ainda que o valor da dívida venha reduzindo ao longo dos últimos cinco anos e que o seu peso face à dimensão orçamental da autarquia seja suportável, não podemos escamotear que o custo anual da sua existência hipoteca uma parte importante da capacidade financeira da Câmara na resposta aos

problemas do presente e aos desafios do futuro, resultante de orçamentos municipais sobredimensionados que não resolveram muitos dos problemas estruturais do Município. -----

Ademais, cumpre-nos assinalar que o Prazo Médio de Pagamentos se fixa nos 43 dias, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Câmara, não se percebendo com que fundamento afirma a maioria que este indicador se fixa em valores consentâneos com rácios financeiros dos melhores municípios do País. A este respeito, é importante notar que em igual período de 2013 aquele indicador se fixava nos 9 dias, pelo que a subida registada nos últimos anos deve preocupar-nos. -----

Esta estrutura financeira, resultante dos desvios do passado e da falta de rasgo na introdução de mecanismos de eficiência na administração que se arrasta até ao presente, tem servido de álibi à maioria PSD para, ano após ano, aumentar a carga fiscal aos Municípios. A este propósito, temos o dever de relevar que a receita proveniente de Impostos Diretos aumentou em continuidade com a tendência registada nos últimos cinco anos, mesmo tendo em conta que a Taxa de IMI foi tenuemente reduzida em 2017. Aliás, a redução daquela Taxa não resultou na diminuição acentuada daquela receita que a maioria PSD havia previsto no valor de 600 Mil Euros, registando neste momento aquela receita montante semelhante aos anos em que a taxa era superior. Persiste assim o Município de Ílhavo como o 25º que mais IMI cobra a cada município no território nacional e o segundo deste malogrado "ranking" na região de Aveiro: 200,3 Euros per capita, mais 60 Euros que a média nacional. (dados PORDATA, 2017) -----

Esta realidade que nos é apresentada continuar a provar, se dúvidas houvesse, que o PS continua a ter razão no que diz respeito à capacidade orçamental que a Autarquia tem para reduzir substantivamente a carga fiscal às famílias e empresas, em sede de diminuição da Taxa de IMI para 0,3%, de diminuição da Taxa de participação variável no IRS e da Taxa de Derrama, sem colocar em causa a sustentabilidade orçamental da Câmara e com vantagens assinaláveis para o alívio dos compromissos dos Municípios e correspondente estímulo da economia local. -----

Se a este fator - o da estabilização da receita proveniente de IMI - juntarmos o comportamento extraordinário dos impostos que dependem da dinâmica da economia impulsionada pela atual governação liderada pelo PS, como a Derrama, cuja receita duplica, e o IMT, que confirma a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, encontramos nesses factos ainda mais motivos para sustentar a possibilidade de ocorrer uma diminuição das taxas atrás defendida pelos Vereadores eleitos pelo PS. -----

De referir também que a capacidade de execução das Grandes Opções do Plano deixa muito a desejar, sendo que mais de 25% das prioridades da maioria PSD ficaram por concretizar, ao passo que foram cativados, e, portanto, não investidos na atividade da autarquia, quase 5 Milhões de Euros, mais 2 Milhões de Euros, se comparado com o exercício de 2017. -----

Será eventualmente esta a razão para que a maioria PSD não sinta a necessidade de, perante o esforço fiscal que exige aos Municípios, não o acompanhar da redução rigorosa da despesa corrente da Câmara. Aquela poupança, proporcional às prioridades que ficaram pelo caminho, justificará também a ausência da resolução dos estrangulamentos do concelho, nas áreas da mobilidade, da criação de emprego e fixação de população ativa, da valorização dos nossos recursos ambientais e turísticos, da gestão territorial integrada e sustentável, do reforço das políticas sociais e da aproximação entre os eleitos e eleitores. ----

Registamos ainda debilidades na gestão do Município que se refletem, designadamente, na falta de cobertura total do saneamento, não obstante os investimentos feitos nesta área ao longo do mandato anterior, mas que em 2018 não verificou nenhum avanço, na ausência de uma rede de transportes públicos em todo o Município, bem como na inexistência de uma estratégia para a regeneração urbana, em especial, nas freguesias da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação. -----

Lamentamos ainda que nenhum dos programas da Câmara de reabilitação urbana tenha tido tradução prática, nunca tendo surtido o efeito pretendido, notando-se que a reabilitação do edificado degradado não sai do papel. -----

Aliás, quanto a esta matéria da reabilitação e, bem assim, da requalificação do território, continua a não se compreender a total ausência de estratégia para as restantes freguesias do Município, fazendo notar que na segunda cidade do concelho, a Gafanha da Nazaré, nada se fez a este nível de particularmente relevante. -----

*Deparamo-nos ao longo dos últimos cinco anos com o cenário das escolhas que o PSD fez, sempre às custas da sobrecarga fiscal dos Municípes, nunca às custas de uma redução de despesa rigorosa, sempre ignorando a necessidade de uma ação política estratégica que resolva os problemas estruturais do Município, que tanto prejudicam a sustentabilidade do território e a qualidade de vida dos Municípes. --- Face aos motivos expostos, o Partido Socialista representado pelos membros eleitos nesta Assembleia Municipal não pode aprovar o Relatório e Contas de 2018 e apoiar as escolhas políticas que lhe são inerentes, optando os Vereadores do PS pela Abstenção. -----
Ílhavo, aos 12 de abril de 2019 -----
A Bancada do Partido Socialista -----*

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----

O Relatório & Contas de 2018, resulta da prossecução das linhas orientadoras das “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018”, devidamente enquadradas no programa do PSD “O Futuro Com Certeza”, maioritariamente sufragado pelos Eleitores Ilhavenses nas últimas eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017, seguidas com determinação e empenho, procurando maximizar todas as oportunidades, vencendo as dificuldades, com a utilização das capacidades existentes, num trabalho intenso, que realço, de toda a excelente Equipa da CMI. -----

É com este espírito de missão, que continuamos a trabalhar afincadamente na construção e crescimento do nosso Município, que resultou, em 2017 no Despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, determinando a saída antecipada do Plano de Ajustamento Financeiro a que o Município esteve sujeito, consequência do sucesso das medidas tomadas para a redução da dívida e pelo cumprimento das políticas e limites impostos pela Lei das Finanças Locais. -----

A implementação destas políticas materializou-se ainda num importante reconhecimento espelhado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente ao ano de 2017, que coloca o nosso Município, entre os 308, no 27.º lugar das Autarquias com maior equilíbrio orçamental com uma relação entre a Despesa Corrente (com amortizações) e a Receita Corrente de 75,9%. Importa referir e destacar, igualmente, que, em 2016, Ílhavo foi o 43.º Município com melhor resultado económico (o 2.º Município entre dos 11 da CIRA). -----

Dentro deste espírito e linhas orientadoras, e chegados ao final de 2018 registando um montante total da receita de 29.617.304,32 euros, se a este valor retirarmos quer o saldo inicial quer o montante FEDER, quer o montante respeitante à contratação dos empréstimos, obtemos 23.022.169,87 euros que comparado com igual equação ao ano de 2017, cujo resultado foi 22.142.975,41 euros, se traduz num aumento de 3,97%. -----

A receita realizada atingiu os 85,88% superando a percentagem indicativa prevista na “Lei das Finanças Locais” de 85%, situação que se tem vindo a verificar desde o ano de 2015. -----

No que diz respeito à despesa paga em 2018 totalizou 28.625.173,50 euros, sendo o valor da despesa corrente 14.659.597,44 euros, o que corresponde a um aumento de 3,39% do obtido em 2017. -----

Já o valor das despesas de capital ascendeu a 13.965.576,06 euros, quando em 2017 tinha sido de 8.033.926,52 euros. Todavia, de forma a estabelecer uma correta analogia entre os anos em apreço, será necessário abater, aos valores apurados da despesa de capital de 2018, os montantes de carácter extraordinário, como é o caso da liquidação antecipada do empréstimo PAEL, e que se cifrou em 4.893.830,25 euros, bem como pela amortização do empréstimo de curto prazo no valor de 900 mil euros. Posto isto, o valor apurado da despesa de capital ascende a 8.171.745,81 euros, o que corresponde a um aumento, relativamente a 2017, de 1,72%, percentagem que respeita exclusivamente a pagamentos materializados. -----

Quanto à análise das atividades das GOP, a execução financeira no que diz respeito aos compromissos assumidos, pagos e não pagos, atingem o valor de 12.898.507,67 euros, um valor superior em 7,47% face ao ano anterior, sendo a percentagem de realização das GOP de 90,42% em 2018. -----

Relativamente à dívida bancária de médio e longo prazo, continua a descer, atingindo o valor de 8.362.851,09 euros, inferior em 20,66% em relação ao valor de 2017, tendo sido cumprido o serviço de dívida (pagamento de juros e amortização de capital). -----

Quanto à dívida a fornecedores c/c e de imobilizado, incluindo as faturas em receção e conferência, assim como a outros fornecedores, tem um valor perfeitamente equilibrado e ajustado à nossa realidade de 2.158.775,27 euros. -----

No que respeita ao resultado líquido do exercício de 2018, que se verificou com uma economia ainda débil, apesar de se notarem alguns sinais de recuperação, e considerando um valor de amortizações de imobilizado de 4,2 M€, foi de 4.757.311,49 euros, um resultado deveras meritório face às circunstâncias do País. -----

Estes extraordinários resultados obtidos, permitiram reforçar de forma sistemática, sustentada e sustentável, os apoios financeiros e logísticos às nossas Associações de carácter social, humanitário, cultural, desportivo, juventude, etc., continuámos também a disponibilizar recursos financeiros às nossas Juntas de Freguesia, de forma a contribuir para a afirmação de um território mais solidário e próspero e para o crescimento económico e conforto social. -----

Permitiram igualmente manter a aposta na melhoria das acessibilidades, expansão da rede de ciclovias, promoção do território enquanto destino turístico de excelência com uma oferta diversificada, veja-se o exemplo do Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) que regista um crescimento sustentado, atingindo a cada ano recordes de visitas, e que em 2018 superou os 87.500 visitantes; continuámos a estimular a instalação de novas empresas e a expansão das existentes, são medidas importantes para a criação de emprego e de riqueza, sendo o Parque de Ciência e Inovação um importante polo de atração de tecnologia e inovação, um verdadeiro cluster de mão de obra qualificada, com forte influência na dinâmica futura do nosso Município. -----

Orgulhamo-nos de ser um Município onde a qualidade de vida está acima da média, conferindo aos nossos munícipes elevados padrões de cidadania ativa e serviços em prol do bem-estar comum. -----

Continuamos a merecer o reconhecimento de distintas Entidades como exemplo de boas-práticas em diferentes domínios, nomeadamente o de “Autarquia Familiarmente Responsável”, fomos distinguidos com a “Marca de Entidade Empregadora Inclusiva”; no âmbito do 4.º Encontro Semana Aprendizagem ao Longo da Vida, o nosso Município obteve a Menção Honrosa; na área da Cultura, voltámos a estar em destaque no Litoral Awards com o Prémio Cultura, atribuído ao Museu Marítimo de Ílhavo, por fim, fruto do fabuloso trabalho desenvolvido na reabilitação do Museu da Vista Alegre, em parceria com a Vista Alegre e com a CCDR-C, fomos galardoados, numa cerimónia em Bruxelas, com o Regio Stars Awards, um prestigiante prémio Europeu, que deu ainda maior visibilidade e notoriedade àquele projeto, e, conseqüentemente ao nosso Município. -----

Salienta-se a prossecução da aposta no investimento que neste ano de 2018 ultrapassou os 4,3M euros com o principiar, continuidade, e conclusão de vastos investimentos, destacando-se a empreitada de Alteração Viária da Rotunda da Praia da Barra, o Centro Escolar da Gafanha de Aquém, a Requalificação da Escola Básica da Marinha Velha, a Remodelação e Conservação de Diversos Espaços Escolares, a Reconversão do Antigo Edifício do Quartel dos Bombeiros, a Requalificação da Avenida Fernandes Lavrador e da Avenida Fernão Magalhães, a Qualificação dos Acessos dos Passadiços da Praia da Costa Nova, a Rede de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais, a Requalificação e Repavimentação de Vias Municipais, entre outros. -----

É também de salientar a prossecução de um nível consistente de investimento e de rigor, nos domínios da Educação, Ambiente, Juventude, Ação Social, Cultura (em que o 23 Milhas é uma referência regional), Turismo, Maior Idade, Desporto, estas, que têm contribuído para um fundamental desenvolvimento integrado, sustentável e reconhecido Município como mais atrativo e inclusivo. -----

Entendemos que a gestão autárquica rigorosa exige a complementaridade e o equilíbrio entre o investimento em infraestruturas e a implementação de ações e medidas que promovam a coesão social, a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos e das comunidades, no presente e para o futuro, por isso, assumimos a responsabilidade e o compromisso de continuar a apostar no desenvolvimento sustentado, equilibrado e integrado. -----

Neste contexto estamos convictos de que o Relatório & Contas 2018 evidencia o excelente desempenho da nossa gestão da Autarquia, e que estamos no bom caminho rumo a “Um Futuro com Certeza”. -----

*Por fim, o Grupo Municipal do PSD quer dirigir uma palavra de agradecimento e congratulação pelo trabalho meritório dos Autarcas que contribuíram para estes excelentes resultados, assim como funcionários, colaboradores, voluntários, Associações, Instituições da Administração Central e Regional, fornecedores, empreiteiros, etc., que de uma forma ou de outra contribuíram e participaram na continuidade da construção e desenvolvimento do Município de Ílhavo durante o ano de 2018.-----
Ílhavo, aos 12 de abril de 2019 -----*

A Bancada do Partido Social Democrata -----

O Presidente da Mesa dá início ao Ponto 03 - Apreciação e Aprovação da Aplicação de Resultados de 2018; -----

Presidente da Câmara: Informa que o presente ponto decorre por força do estipulado em lei. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Gabriel Cardoso: Pergunta porque razão não foram investidos os cerca de 4M€ que transitam para este ano. -----

Luis Leitão: Entende que a Câmara Municipal deva adequar melhor as taxas municipais. -----

Flor Agostinho: Refere que o prazo de isenção de pagamento de IMI reduziu existindo bastante construção na Praia da Barra. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Responde ao membro Gabriel dizendo que se trata de uma mera operação contabilística e não de disponibilidade efetiva de tesouraria. -----

Luis Leitão: Refere que a máquina fiscal nacional tem funcionado melhor neste Governo. -----

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Prescinde da intervenção. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **UMA ABSTENÇÃO DA BANCADA MUNICIPAL DO BE E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS/PP E PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----

ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

O Presidente da Mesa dá início ao Ponto 04 - Apreciação e Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019; -----

Presidente da Câmara: Informa que o presente ponto decorre por força do estipulado em lei para introdução do saldo. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Não se verificaram inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **UMA ABSTENÇÃO DA BANCADA MUNICIPAL DO BE E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS/PP E PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----

ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

O Presidente da Mesa dá início ao Ponto 05 - Tomar conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica para assunção de Compromissos Plurianuais - 2º semestre de 2018;

Presidente da Câmara: Informa que o presente ponto decorre por força do estipulado em lei para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Luis Leitão: Questiona se se irá proceder a votação. -----

Presidente da Mesa: Coloca à consideração da assembleia, tendo o resultado sido: **DELIBERADO POR UNANIMIDADE TOMAR CONHECIMENTO.** -----

O Presidente da Mesa dá início ao Ponto 06 - Deliberar sobre proposta de descentralização da Câmara Municipal de Ílhavo nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde); -----

Presidente da Câmara: Informa que a descentralização tem sido tema recorrente e que diligenciou junto da tutela para obter estimativas para os custos de funcionamento destes serviços. Afirma que os valores apresentados são completamente irrisórios e que evidenciam um grande desconhecimento da realidade dos equipamentos. Refere, a título de exemplo, a ausência de verba para manutenção dos elevadores, quando

existe de facto elevador no Centro de Saúde de Ílhavo. Perante estes números afirma que a responsabilidade que o caracteriza faz com que a proposta vá no sentido de não aceitar estas competências no ano de 2019. –

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Flor Agostinho: Afirma que estes dados explicitados pelo Presidente da Câmara Municipal denotam a má gestão da governação socialista. Perante estes números manifesta o seu apoio à proposta apresentada. ----

António Pinho: Refere que as questões apontadas pelo Presidente da Câmara Municipal são perfeitamente válidas e que seria uma irresponsabilidade aceitar estas competências nestas condições. -----

Gabriel Cardoso: Concorde com António Pinho que estes números são inaceitáveis por parte da tutela. –

Hugo Lacerda: Refere que os presentes na reunião, à exceção da Bancada do PS, ainda não perceberam que a fase atual da descentralização é uma fase de negociação discordando assim das posições anteriormente tomadas. -----

Luis Leitão: Questiona o Presidente da Câmara Municipal porque não disponibilizou a informação toda aos membros da assembleia para melhor poderem deliberar sobre o assunto. Subscrive as palavras do membro Hugo Lacerda. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Responde que a Câmara se encontra precisamente a negociar e a tentar obter respostas para melhor decidir. Refere que os prazos apontados pelo Governo também são curtos face à capacidade de resposta da tutela. Reforça que os números apresentados não são reais, não prevendo coisas básicas como seguros e contratos de manutenção. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: -----

Flor Agostinho: Alerta que depois da negociação a responsabilização virá depois ser exigida aos Municípios o que não vem acontecendo com o Governo. -----

Hugo Coelho: Refere que se trata de uma questão de responsabilidade reconhecendo que quem está mais próximo presta um melhor serviço. -----

António Pinho: Questiona se alguém presente na sala assumiria um compromisso nas condições descritas pelo Presidente da Câmara Municipal. Afirma que se trata de uma questão de responsabilidade e que com este episódio a tutela fica descredibilizada. -----

Hugo Lacerda: Refere que pela primeira vez estamos a discutir verdadeiramente a descentralização com valores em cima da mesa. Menciona que no Decreto-Lei está claro que, caso necessário, pode a todo o tempo, voltar a ser ajustados os valores. Questiona qual o risco de aceitar esta competência. -----

Luis Leitão: Afirma que se está a discutir uma questão estratégica para o Município. Questiona se, havendo possibilidade de fazer melhor, qual o motivo pelo qual se está a rejeitar esta competência. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Pede consciência aos membros da Bancada do PS na discussão deste tema. Afirma que não se pode fechar um negócio e depois recusar. Refere que se trata de uma questão de responsabilidade e que é um processo a três anos, progressivo e que ainda não está fechado. Reforça que em primeiro lugar estão sempre os interesses da população ilhavense. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **DEZ VOTOS CONTRA DA BANCADA MUNICIPAL DO PS E QUINZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS/PP E BE.**

Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----

ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

O Presidente da Mesa dá início ao Ponto 07 - Deliberar sobre proposta de descentralização da CIRA nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro (Educação); -----

Presidente da Câmara: Informa que o prazo desta deliberação foi adiado para junho e que a proposta vai no sentido da CIRA aceitar estas competências no domínio da Educação. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Luis Leitão: Congratula a CIRA pela decisão de aceitar esta competência. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Refere que estas responsabilidades são mais indiretas. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: -----
Não se verificaram inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **UM VOTO CONTRA DA BANCADA MUNICIPAL DO BE E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS/PP E PS.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

O Presidente da Mesa dá início ao **Ponto 08** - Deliberar sobre proposta de descentralização da CIRA nos termos do previsto no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde); -----

Presidente da Câmara: Informa que a proposta vai no sentido da CIRA não aceitar estas competências no ano 2019. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: -----

Luis Leitão: Volta a questionar o Presidente da Câmara acerca do envio da documentação referente a estes pontos. -----

Flor Agostinho: Refere que a proposta foi aceite por unanimidade na CIRA. -----

António Pinho: Reforça a intervenção do membro Flor Agostinho. -----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas:

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Prescinde da intervenção. -----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: -----
Não se verificaram inscrições. -----

Presidente da Mesa: Coloca à votação, tendo o resultado sido: **DEZ VOTOS CONTRA DA BANCADA MUNICIPAL DO PS E QUINZE VOTOS A FAVOR DAS BANCADAS DO PSD, CDS/PP E BE.** Dessa forma o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA.** -----
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS -----

Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente da Mesa dá esta reunião por encerrada, pelas 23h26 do dia 18 de abril do ano de 2019. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Fernanda Cravo, 1ª Secretária, redigi e vai ser assinada por mim. -----

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019.